

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 10 • 2001/2002



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2001/2002

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 10 • 2001/2002 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO – Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Europress, Lda. – Tel. 21 938 14 50
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

UMA INTERESSANTE INSCRIÇÃO ROMANA DE LAVEIRAS (OEIRAS)¹

José d'Encarnação*

«Esquecida no cunhal de uma casa modesta situada na Calçada de Laveiras, em Caxias, encontra-se uma lápida funerária do maior interesse histórico» – assim noticiava, na sua edição de 18 de Julho de 1962, um jornal de Lisboa, o «Diário Ilustrado», a existência de uma epígrafe romana. Aliás, o título da notícia era, desde logo, assaz significativo: «A memória de um lusitano que foi figura de destaque nas legiões romanas está em risco de perder-se».

Continuava o jornal escrevendo:

«A inscrição fora já identificada em 1735² pelo antiquário António José da Cunha que a trasladou para a sua *Lithologia Lusitana* e, já nessa altura, o historiador registava que a pedra se encontrava “no ângulo de uma casa, então de Joana Rebelo, passando da Cartuxa, a duas léguas de Lisboa a caminho de Laveiras”.

A nota jornalística alude, em seguida, ao estudo que sobre o monumento publicara, dois anos antes, Fernando Bandeira Ferreira. Trata-se de um dos apontamentos inserto, sob o número VII e com o título ‘A inscrição do *aquilifer Flavius Quadratus*’, no artigo «Varia Epigraphica» citado na bibliografia. Daí vinha a referência à notícia de 1753, que, de resto, o próprio Emílio Hübner colheira para o CIL II 266.

No entanto, fora uma chamada de atenção feita, algum tempo antes, num jornal local chamado *A Cartuxa* que despoletara o alerta e o apelo às entidades governamentais para que evitassem que «este importante documento» continuasse «em risco de perder-se, sujeito às intempéries e aos descuidos de pessoas menos conhecedoras do seu valor». Sugeria-se, pois, que a pedra fosse removida para o então «Museu Arqueológico Dr. Leite de Vasconcelos, no Mosteiro dos Jerónimos, onde a valiosa estela poderia alinhar junto a outras

^(*) Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ O presente texto foi publicado – com o título «Túmulo sumptuoso para o *aquilifer Flavius Quadratus* (CIL II 266)» – na revista *Aquila Legionis*, 2, 2002, p. 19-32. Trata-se de uma edição de *Signifer Libros*, de Madrid, com o subtítulo «Cuadernos de Estudios sobre el Ejército Romano», dirigida pelo Prof. Sabino Perea Yébenes. *Quis o Prof. João Luís Cardoso ter a gentileza de me convidar a incluir também aqui essa nota, por se tratar de um tema local. Faço-o com todo o gosto, agradecendo o pronto acolhimento. A versão ora apresentada é praticamente a mesma que ali se publicou; mas incorporei agora algumas informações que obtive após a sua primeira elaboração.*

⁽²⁾ Sabino Perea (PEREA, 2001) corrige para 1753 a data do achamento, considerando que houve uma gralha tipográfica.

lápidas, algumas das quais não têm nem o valor nem o interesse desta que regista a presença de um lusitano entre os soldados de Roma onde ocupou um lugar do maior destaque na Legião».

O apelo foi ouvido. Assim, na sua edição de 12 de Agosto de 1963, sob o título «Salvou-se uma inscrição funerária latino-romana do século I da era cristã que estava na iminência de perder-se», o diário lisboeta *Novidades* informava:

“O «Diário do Governo», II série, de 5 do corrente, em nota publicada pela Direcção-Geral do Ensino e das Belas Artes, declara que, por despacho do Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 29 de Janeiro último, fica sujeita ao regime estabelecido no artigo 2º e seu § único do Decreto-Lei 38.906, de 10 de Setembro de 1952, uma lápide, com a seguinte inscrição [...]».

Acrescentava-se que a «lápide estava situada numa parede do prédio nº 22 da Rua da Quintinha, à Estrada de Laveiras, em Caxias, concelho de Oeiras, e que dera «entrada, há meses, no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, por sugestão e após diligências efectuadas pelo nosso colaborador José Maria de Almeida que, no jornal *A Cartuxa*, que se publica em Caxias, escreveu o seguinte, no número correspondente ao mês de Junho de 1962 [...]».

E transcreve os elementos, anotando que Bandeira Ferreira, o epigrafista que mais pormenorizadamente estudou o monumento no referido artigo da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, fora informado da sua existência, em Março de 1960, pelo Sr. Nicolau Pereira da Silva, filho do proprietário da casa em cujo muro a pedra se encontrava embutida.

O MONUMENTO

A epígrafe ainda hoje se mantém no acervo do Museu Nacional de Arqueologia.

Trata-se de uma ampla placa, sem molduração nem campo epigráfico delimitado, com 73 cm de altura, 118 de largura e 57 de espessura, apresentando-se em cunha na parte superior. Ou seja, serviu de elemento arquitectónico, a embutir em jazigo.

Está praticamente intacta, registando-se escoriações várias, nomeadamente nos vértices, uma das quais, no superior esquerdo, terá levado a sigla do *praenomen*.

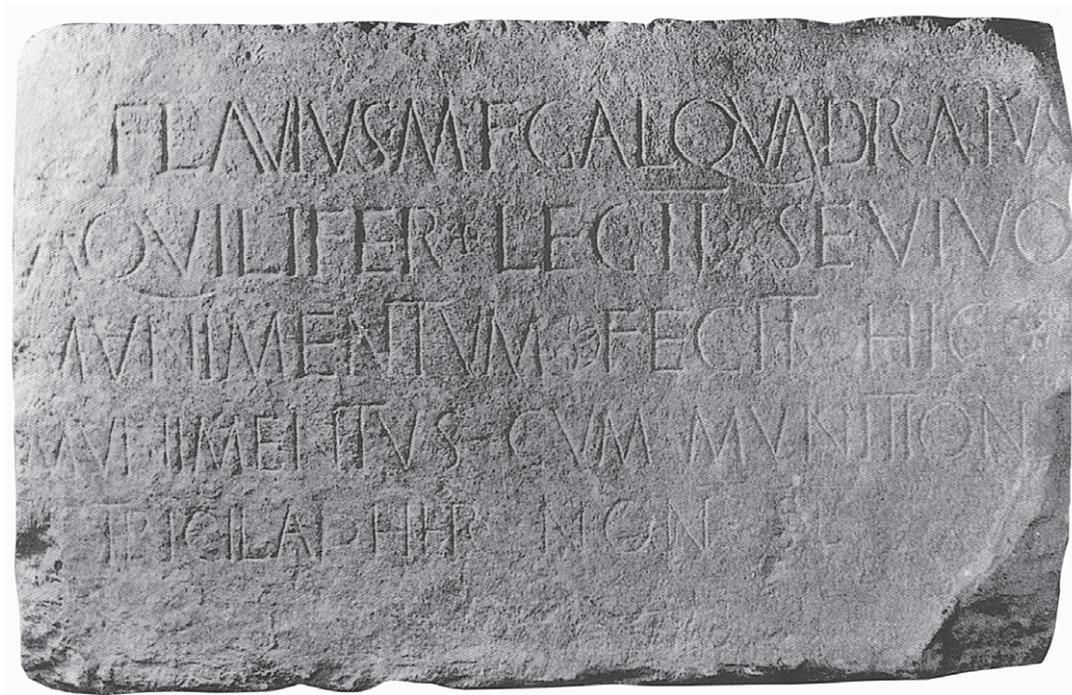
A leitura faz-se sem dificuldade, embora – como Fernando Bandeira Ferreira já muito bem assinalara – haja quem tenha cedido à tentação de proceder ao avivamento do letreiro, de modo que se tornaram pouco compreensíveis algumas das palavras, como se verá. Os acrescentos ficaram mais visíveis a nível dos sinais de pontuação – talvez só a esse nível –, primitivamente quicá heras (*hederae*) de fino recorte, que os curiosos transformaram em pequena cruz quadrada e num sol radiado, na linha 2, numa corola hexapétala inscrita num círculo e num círculo com uma espécie de estrela de cinco pontas, na linha 3.

A leitura é a seguinte:

[...] FLAVIVS · M(arci) · F(ilius) · GAL(eria tribu) · QVADRATVS / AQVILIFER · LEG(ionis) · II
(secundae) · SE VIVO / MVNIMENTVM · FECIT HIC / MVNIMENTVS [sic] · CVM · MVNITIONI(bus) /⁵
[ET] TRICILA [sic] · HER(redem) NON SE[quetur]

(...) Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, em vida fez o monumento. Este monumento com munições e caramanchão não passam ao herdeiro.

Altura das letras: l. 1: 7,7; l. 2: 7,5; l. 3: 7 (T = 8); l. 4: 6,2 (T = 7); l. 5: 5,7. Espaços: 1: 8,8; 2: 3,1; 3: 3,3; 4: 2,8; 5: 3,8; 6: 14,5.



G. Cardoso

Fig. 1 – A lápide do aquilifer *Flavius Quadratus*.

Não se vislumbram restos da letra que indicaria o *praenomen*, que certamente existiria. A hipótese T(*itus*) é, sem dúvida, aliciante, porquanto é esse o prenome dos imperadores flávios e seríamos tentados a datar o monumento dessa época. Mas já lá vamos ao problema da datação.

Quanto às anomalias gráficas verificadas nas últimas duas linhas, não me parece viável atribuí-las a corrupções posteriores, mas sim a ignorância do lapicida ou má compreensão da minuta.

Escrever um eventual nominativo *munimentus* não é de estranhar: atrás se escrevera o acusativo e, no dia-a-dia, a terminação *-um* era para o acusativo e *-us* para o nominativo, não se apercebendo de que se estava perante um nome neutro. Aqui, o lapso tanto pode ser do lapicida como do encomendante. De facto, o S final saiu da mesma mão que o de *Flavius* ou *Quadratus*, não há que enganar.

A lasca que saltou no final da linha 4 levou a letra a seguir ao N. Distingue-se uma barra vertical, que tanto pode ser de um I como de um E. A pouca profundidade do traço sugere mais I que E, se compararmos com

os demais. Teríamos, assim, *munitioni(bus)*, um plural que se adequa ao contexto, embora se não concorde com Hübner, que sugere ter havido originalmente na pedra a sílaba final: *munitioni[bus]*. Não houve. Bandeira Ferreira opina, por seu turno, que o lapicida não abreviaria assim e propõe, por isso, o singular *munitione*. A minha argumentação estriba-se na forma como foi deixada incompleta – claramente incompleta –, na derradeira linha, a palavra *sequetur*, de que, a seguir à primeira sílaba *se*, se não enxerga, na verdade, qualquer indício de ter havido letras gravadas, pelo que também aqui se não poderá subscrever a interpretação de Hübner, que reconstitui [*sequetur*]. Por outro lado, a outra reconstituição hübneriana – *tri[cle]a[e]* – que José Vives segue (ILER 5625)³, não tem justificação.

Nessa linha 5, há, antes do T, leves indícios de outro T; o espaço e o alinhamento com o M da linha anterior permitem, portanto, a reconstituição do ET. Depois do A de *tricila* parece ver-se uma base vertical a que se seguiria, pegado, um O oblongo, dando a sensação de se poder ler um desajeitado P. Trata-se, a meu ver, de mais uma das intervenções a nível da pontuação, alterando eventual hera.

A paginação foi cuidada, com espaços interlineares praticamente homogéneos, puxada um tudo-nada acima porque se destinava a ser lida a partir de um nível inferior do olhar. O *ordinator* recorreu sabiamente à utilização do T mais alto para poupar espaço; o numeral indicativo da legião está devidamente encimado por travessão.

Os caracteres são do tipo actuário, de fino e elegante recorte, gravados com buril, seguramente com prévio desenho na superfície a epigrafar. Notável, a cauda muito alongada do Q (de corpo bem circular, como se de um O se tratasse); a simetria patente no desenho do A e do V, obtidos aliás a partir do mesmo escantilhão, usado ora numa posição ora noutra, do M e do S; a verticalidade das barras, acentuada pelos travessões horizontais que lhes são rigorosamente perpendiculares (vejam-se o F, o L, o E, o H).

O TEXTO

Antes de nos referirmos ao personagem e ao alcance das informações contidas na epígrafe, sublinhemos dois aspectos que de imediato nos cativaram.

Prende-se o primeiro com o uso da expressão *se vivo*. Ela não é, de facto, corrente, na epigrafia peninsular. Hübner (CIL II, p. 1202, no final da 1ª coluna) refere, além deste caso, vinte testemunhos, o que, na verdade, tantas são as epígrafes funerárias, não é estatisticamente relevante. No item anterior, indica Hübner as referências atestadas de *vivus fecit*, fórmula que é equiparada à que se regista no monumento de Oeiras, e assinala, entre parêntesis, que é tique epigráfico frequente na epigrafia de Sagunto. Recordo, por exemplo, que a expressão figura amiúde nas epígrafes que se expõem no Museu de Nîmes. Contudo, Gabriel Sanders (1989, 61), depois de referir que erigir um túmulo *sibi vivo* «tem as suas vantagens», acrescenta que também não é menos verdade que «as crenças supersticiosas olham com desconfiança» um túmulo mandado edificar

⁽³⁾ *Vives comete diversas incorrecções: omite toda a linha 3 e, nas tábuas de correspondência com o CIL II (p. 790), indica CIL II 266 por duas vezes – só a primeira é válida.*

antes do tempo. Trata-se, pois, de uma atitude invulgar, própria de quem já detém uma certa cultura e habituado a viver num ambiente urbano.

Já o uso de *monumentum* para indicar o local de sepultura é mais corrente, não sendo também raro que se lhe siga, como aqui, a expressão *heredem non sequetur* (cf. CIL II, p. 1203, que cita pouco mais de uma trintena de testemunhos).

Merece reflexão esta disposição testamentária. Ela significa que estamos perante um sepulcro familiar – em contraposição aos *sepulchra hereditaria* – e visava «garantir a reserva de inumação aos membros da família» (MARCOS, 1990, 174).

O MONUMENTO

Monumentum terá, sobretudo, uma conotação arquitectónica: é o edifício construído – e o papel determinante de *Quadratus* nessa construção encontra-se bem patente no uso, por extenso, da forma verbal *fecit*, «fez», como se ele próprio, com o seu labor, tivesse contribuído para tal. Se isso não aconteceu – e poderia, na verdade, ter acontecido – o certo é que revela um empenhamento pessoal profundo.

Não é, porém, um *mausoleum*, termo que incorpora uma noção de maior sumptuosidade, impregnada, não raro, de uma tonalidade áulica e sacra acentuada.

Claro que o sepulcro possuirá serventia derredor; mas só a necessária e suficiente para a manutenção periódica. Não estaremos, aqui, perante a existência «de amplas áreas adjacentes, com jardins, pomares, terrenos de cultivo, sem qualquer finalidade sepulcral, mas com o escopo de consignar o seu rendimento à conservação do monumento funerário e à recompensa dos libertos eleitos para a preservação fiel da memória do fundador» (MARCOS, 1990, 175)⁴.

No entanto, é também esse espaço envolvente que interessa a *Quadratus* e esse ele pretende igualmente acautelar quando se refere às *munitiones* e à *trichila*. *Muniones* é termo que se adequa bem ao contexto militar do proprietário, pois que significa os muros de defesa; *trichila* é o caramanchão. A circunstância de a palavra não ter sido bem lida até ao presente⁵ fez com que tivesse passado despercebido o carácter ímpar do monumento, mesmo do ponto de vista da linguagem epigráfica utilizada. *Quadratus* concebe o seu sepulcro como um reduto defensivo, onde calmamente deseja repousar, na sombra fresca de um caramanchão ou de uma latada, não sendo inverosímil que lá tivesse mandado plantar videira para de seus bagos de uva se inebriar no Além!... Será interessante encontrar paralelos – que, seguramente, sobretudo em textos literários se poderão detectar.

⁴ Nesse aspecto, pode aduzir-se a inscrição AE 1985, 297, de Spinazzola, Bari (Regio II), referente ao médico Cléon, em cuja linha 6 se enumeram os elementos constituintes de um domínio funerário completo, que compreendia uma pequena casa (domus) destinada ao guarda, o túmulo propriamente dito (sepulchrum), cuja manutenção era assegurada pelos rendimentos de um campo (ager) e de um horto (hortus).

⁵ Hübner interpretou tric[le]a[e]. Eu próprio (ENCARNAÇÃO, 1998, 77) optei pelo mais corrente – mas também inusitado neste contexto – triclina. Sabino Perea Yébenes (YÉBENES, 2001) preferiu triclilab(us).

UM MILITAR

Inscrito na tribo Galéria, *Quadratus* é cidadão olisiponense. Segundo Patrick Le Roux (LE ROUX, 1982, p. 62, n. 220), ainda que o monumento possa datar da época de Augusto, *Flavius Quadratus* «é, seguramente, originário da região em que mandou construir, em vida, o seu túmulo». Mais adiante, incluindo o texto entre os documentos relativos a legionários *ex Hispania* e considerando-o datável de um período que vai desde o reinado de Augusto ao imperialato de Calígula (p. 184, n.º 47), comenta:

«*Flavius Quadratus* serviu, pois, na Germânia ou na Bretanha» integrado na II Legião Augusta, «tendo sido recrutado em *Olisipo* na época júlia, como o indicam o seu desejo de ser enterrado na Lusitânia e o seu posto de aquilífero».

Não admira esta vontade de ser sepultado aqui. Além de ser natural que, terminado o serviço, o legionário volte para a sua terra natal, a região terá sido, já nessa longínqua era, um forte pólo de atracção populacional, inclusive para veteranos⁶. Temos, no vizinho concelho de Cascais, notícia epigráfica de um *veteranus* da XXII Legião (ENCARNAÇÃO, 2001, 47-49) e José Cardim Ribeiro (RIBEIRO, 1982-1983, p. 262-264) enumera e cartografa os testemunhos epigráficos de militares no município olisiponense, com a promessa (nota 56) de futuramente dar à estampa o estudo que está a preparar, «análise e comentários suficientemente desenvolvidos sobre vários testemunhos» que reuniu e que procurará relacionar com o território e os cidadãos de *Olisipo*.

E se, como escreve Forni (1974, 391), as informações de que dispomos «non permettono di affermare perentoriamente che le legioni fossero composte soltanto da bassi ceti, da poveri e diseredati»; e se, por outro lado, «soggiacendo ai limiti dell'informazione documentaria, scarsa e incompleta», não é também possível «generalizzare nel senso opposto», não há dúvida que esta placa monumental de Laveiras aponta, sobretudo, para uma condição economicamente desafogada.

Aliás, palavras como *munitiones* e *trichila* fazem-nos recordar os epitáfios que sabiamente Lidia Storoni Mazzolani coligiu, incitando a um convívio entre o defunto, seus amigos e familiares no próprio espaço sepulcral, quer por ocasião do ritual banquete fúnebre em dia de aniversário do passamento quer a pretexto de uma simples visita de romagem:

«Vita brevis, spes fragilis, venite. Accensus est. Dum lucet, bibamus, sodales».

«La vita è breve, la speranza fragile: entrate. Arde il lume: fino a che fa luce, beviamo, amici»⁷.

Não é comum a referência ao posto de *aquilifer* em inscrições romanas.

Se compulsarmos os índices de *L'Année Épigraphique* desde 1961 a 1980, verificamos que apenas se registam dois testemunhos: AE 1976 515 e 641 (LASSÈRE, 1992, 557).

Na Península Ibérica, o outro documento assinalado procede da área urbana de Córdoba, onde foi achado, em reutilização, numas obras levadas a cabo, em 1971, tendo integrado o espólio do respectivo

⁽⁶⁾ *Este facto é tanto mais relevante quanto, como afirma G. Forni, «gli oltre due decenni che i legionari erano tenuti a trascorrere in armi, finivano per soffocare il ricordo del sito da dove erano originari e favorivano il loro attaccamento con i luoghi dove erano stati così a lungo di guarnigione» (1974, 359).*

⁽⁷⁾ *Mazzolani, 1991, 118-119. Trata-se de inscrição sobre um copo, procedente de Klagenfurt (Áustria): cf. ILS 8607.*

Museo Arqueológico Provincial (nº 27.725). Trata-se, também, de uma placa moldurada, de mármore branco, destinada a encimar um jazigo de família, pois que a inscrição refere, para além do promotor da iniciativa, a sua contubernal e um filho natural, falecido aos dez anos e sete meses, assinalando – tal como acontece no monumento de Laveiras – *hoc monumentum heredem non sequetur* (HEp 2, 1990, nº 324). O texto viria a ser retomado por Sabino Perea (1993), que, pelo facto de vir indicada a tribo Papíria, considera o *aquilifer* natural de Mérida, sugerindo que, ao contrário do que antes se propusera (a *legio X Gemina*), ele poderia ter servido na *II Augusta* ou na *XX Valeria Victrix*. Escrevia, porém, Alicia Canto, em comentário a HEp 2 324:

«La indicación de *aquilifer* como función legionaria sin mención de esta es muy extraña, pero ciertamente la palabra no tiene paralelos en su uso como *cognomen*».

E acrescentava:

«Pudo estar inscrito en las legiones VI o X, ya que éstas formaron parte de *deductiones* augusteas en Mérida y Córdoba. La datación se aproximaría más al cambio de era».

Armín U. Stylow (CIL II²/7, 288), contestando a hipótese de o *aquilifer* ser originário da Península Itálica ou descendente de veterano instalado em Mérida, concorda com Sabino Perea quanto à probabilidade de o monumento ser da época de Cláudio⁸, até porque, escreve, «Septicius cognomine caret neque indicatur legio, cuius aquilifer fuit»; ou seja, a ausência de cognome e da menção da legião em que servira constituía garante de datação de primórdios do Império.

A questão principal reside, pois, no significado de *aquilifer*. É que o personagem mencionado na epígrafe é, claramente, *M(arcus) Septicius C(ai) filius) Pap(iria)*; segue-se-lhe a palavra *aquilifer*. E a pergunta é: trata-se de um *cognomen* ou da menção de um cargo? Stylow é peremptório:

«Vix cogitaveris de cognomine Aquiliferi inaudito» – é difícil pensar-se num cognome Aquilífero, nunca documentado.

Tal não é, todavia, a opinião de Alicia Canto, ao comentar (in HEp 5, 1995, nº 319) as reflexões de Sabino Perea:

«Creo que *Aquilifer* debe ser mejor *cognomen*, sobre todo a la vista de que no se menciona la legión y de que el del hijo, aún niño, evoca también el mundo militar».

Aliás, sublinha, a terminar, «*cognomina* parecidos y poco usuales» refere-os Kajanto (KAJANTO, 1965, 319-320).

Partilho da opinião de Alicia Canto em relação à inscrição de Córdoba, apesar de Patrick Le Roux⁹ se ter manifestado também contra Alicia Canto: não vejo por que, nesse caso, *Aquilifer* não possa ser, com toda a probabilidade, um *cognomen*.

⁽⁸⁾ Contudo, no texto de 2001, Sabino Perea precisa essa datação: «dos primeiros anos do reinado de Tibério», ou seja, entre 15 e 20 da nossa era.

⁽⁹⁾ Em correio electrónico que me enviou, a 23 de Agosto de 2002, a comentar a primeira versão deste meu texto – e P. Le Roux é, de facto, um especialista em questões de onomástica militar –, escreveu expressamente: «Je parle de Septicius et je répète qu'une familiarité avec l'épigraphie militaire de l'Occident romain de l'époque de César à Claude ne permet pas [...] de croire à un surnom sauf à démontrer que tous les grades sans légion ou unité sont à cette période des surnoms et à démontrer qu'*aquilifer*, relativement récent comme fonction est déjà un surnom à l'époque d'Auguste et même bien après».

Na verdade, embora se trate de um testemunho único até ao momento, a ocorrência – referida por Kajanto – de palavras como *Centurio*, *Optio*, *Sagittarius*, *Speculator* e outros, como antropónimos, quando claramente apontam para funções militares, é deveras significativa. Por outro lado, sendo muito sensível ao argumento da ausência de menção da legião, imprescindível segundo creio – e o monumento de Laveiras, curiosamente nunca trazido à colação, é prova disso, nele a legião vem mencionada –, há um outro argumento que pode ser complementar: a *contubernalis* será, de facto, uma escrava, pois que o filho de ambos foi libertado pelo pai; seu nome, *Sabina*, deve entender-se, pois, como nome único e não como *cognomen*; o filho, porém, apesar da tenra idade, já ostenta os *tria nomina*, *cognomen* incluído. Estar-se-ia numa altura de transição, dir-se-á, o pai não tem *cognomen* mas o filho já tem. Enfim, a dúvida persiste numa circunstância destas, em que o mais normal seria também não ser dado *cognomen* ao filho.

Em conclusão: quanto se sabe, a epígrafe de Laveiras constitui, até ao momento, o único testemunho garantido da existência de um *aquilifer* – o portador da águia legionária, símbolo máximo do poder militar romano – em terras peninsulares.

Um *aquilifer* que não quis deixar os seus créditos por mãos alheias e empregou no seu túmulo parte do pecúlio que lograra amealhar, na heróica defesa intransigente do símbolo maior que lhe fora confiado pelo legado imperial. Em terras sadias, Tejo à vista, o largo Oceano ao fundo, ali desejou fixar o início de uma longa viagem, em recordação das que fizera por outros mares e outras vias... Desta feita, uma viagem sem regresso. Sem águias à vista de terra ou na proa doutra galera. Mas sempre era bom ver o mar!...

BIBLIOGRAFIA

- ENCARNAÇÃO (José d'), «Tempo romano e Alta Idade Média no território oeirense», *1º Ciclo de Estudos Oeirenses «Oeiras, a Terra e os Homens»*, Oeiras, 1998, 73-79.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais, 2001.
- FERREIRA (Fernando Bandeira), «Varia Epigraphica: VII – A inscrição do *aquilifer Flavius Quadratus*», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, série III, 4, 1960, 111-117.
- FORNI (Giovanni), «Estrazione etnica e sociale dei soldati delle legioni nei primi tre secoli dell'impero», *Ausstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II, Walter de Gruyter, Berlim/Nova Iorque, 1974, 339-391.
- KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965.
- LASSÈRE (Jean-Marie), *Tables Générales de L'Année Épigraphique* (VIII^e série, 1961-1980), Paris, 1992.
- LE ROUX (Patrick), *L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris, 1982.
- MARCOS (Rui M. de F.), «Em torno do *ius sepulchri* romano. Alguns aspectos de epigrafia jurídica», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 64, 1988, 153-182.

- MAZZOLANI (Lidia Storoni), *Iscrizioni Funerarie Romane*, Milão, 1991. [Sobre o interesse deste volume, pode ver-se o que escrevi em *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, 1998, 131-134].
- PEREA YÉBENES (Sabino), «El aquífer M. Septicius en un inscripción de Corduba», *Habis*, 24, 1993, 297-305.
- PEREA YÉBENES (Sabino), «Dos inscripciones militares de Portugal a la luz de la *Lythologia Lusitana* de Antonio da Cunha», *Revista Sociedad Arqueológica de Extremadura*, 1, 2001, 71-78.
- RIBEIRO (José Cardim), «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*», *Sintria*, I-II (1982-1983), 151-476.
- SANDERS (Gabriel), «Sauver le nom de l'oubli: le témoignage des *CLE* d'Afrique *et aliunde*», *L'Africa Romana*, 6, Sassari, 1989, p. 43-79.
- VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972.